

As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais: um tema de investigação para a história das religiões

Claudia Neves da Silva¹

RESUMO

A partir da constatação de que o crescimento das igrejas pentecostais tornou-se um importante fenômeno religioso, surgiu o interesse de analisar como o aumento do pentecostalismo repercute na sociedade brasileira, mais especificamente na assistência social e as motivações de determinadas igrejas pentecostais ao se voltarem para esta área, até poucos anos atrás um campo inexplorado por seus líderes espirituais, haja vista que seus fundamentos religiosos e sua concepção de mundo prevêm tão somente a força e a ação do Espírito Santo para superação dos problemas espirituais e sociais. Por meio de entrevistas com os pastores das igrejas que mantêm ou mantiveram instituições sócio-assistenciais, objetivou-se conhecer as razões que os levaram a ir além da oração para o atendimento aos excluídos de bens materiais e serviços sociais da comunidade.

Palavras-Chave: Pentecostalismo, pastores, pobreza

The social services promoted by pentecostals churches:

ABSTRACT

Starting from the verification that the growth of the pentecostals churches became an important religious phenomenon, the interest appeared of analyzing as the increase of the pentecostalism in the Brazilian society, more specifically in the social service and the motivations certain pentecostals churches in if they return for this area, even few years ago an unexplored field for their spiritual leaders, have seen that their religious foundations and their world conception so only foresee the Holy Spirit force and action for overcome of the spiritual and social problems. Through interviews with the shepherds of the churches that maintain or maintained social institutions, it was aimed at to know the reasons that took them to go besides the prayer for the service to the excluded of material goods and the community's social services.

Key-Words: Pentecostalism, shepherds, poverty

Nas últimas quatro décadas, as manifestações religiosas têm apresentado uma visibilidade social crescente, já que a procura por respostas diante de fatos inexplicáveis, como doença, morte e consolo para as aflições do dia-a-dia, tem levado homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam da esfera terrena e entram no plano do sagrado. Dentre a diversidade de manifestações, constata-se que o movimento pentecostal é o que apresenta maior crescimento, possibilitando às igrejas evangélicas pentecostais ocuparem mais e maiores espaços na sociedade brasileira.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. Doutora em História pela UNESP/Assis

Esse crescimento tornou-se, a partir da década de 1970, um importante fenômeno religioso, em razão da presença e participação de membros das igrejas pentecostais serem observadas em várias áreas, como na política, na cultura, na economia e social. Esse fato chama a atenção porque se dá em um país em que a Igreja Católica detém, por enquanto, a hegemonia no campo religioso, um relativo poder de influência no campo político e presença significativa nas camadas médias e populares.

Tendo por objeto histórico a religião, mais especificamente, a história das religiões, uma indagação surgiu: como a investigação poderia contribuir para as reflexões na área da história das religiões? Assim, definimos como tema de investigação o aumento do pentecostalismo na sociedade brasileira e sua repercussão em diferentes setores, mais especificamente na área da assistência social e quais as motivações de determinadas igrejas pentecostais em se voltarem para esta área, até poucas décadas atrás um campo inexplorado por seus líderes espirituais, haja vista que a teologia pentecostal prevê tão somente a força e a ação do Espírito Santo para superação dos problemas.

Essa era (e ainda é) uma área em que predominava a idéia de uma prática caritativa em favor das vítimas do infortúnio e incapazes de manterem a si e a sua família. Esta concepção de assistência possibilitou ao Estado transferir para a sociedade civil o atendimento aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Ademais, é um setor sensível aos interesses daqueles que desejam penetrar nos segmentos mais empobrecidos em busca de maior número de colaboradores, seguidores ou eleitores.

Para a presente comunicação, selecionamos as igrejas que fundaram e mantêm instituições assistenciais e recebem ou já receberam recurso financeiro do poder público, porque suas ações exigiram organização e planejamento de seus pastores, ou seja, uma compreensão mínima dos trâmites legais e uma concepção minimamente elaborada do significado de assistência social, excluindo, desta forma, aquelas que se limitam à distribuição de cestas básicas, roupas e remédios.

Igrejas pentecostais: os pobres e a força da fé

Algumas igrejas pentecostais, não obstante sua prática centrada na oração, com o reforço na subjetividade e emoção, voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos excluídos dos bens materiais e dos serviços sócio-assistenciais.

Não se limitaram a distribuir cestas básicas e roupas, mas organizaram instituições com voluntários e profissionais contratados para realizar o serviço junto à população carente,

uma ação que afirmavam fundamentar-se nos mandamentos de Deus, expressos na Bíblia. Mas, onde residiria a justificativa para uma ação assistencial se, conforme concepção da teologia pentecostal, a ação e a bênção do Espírito Santo garantiriam vida nova ao crente em Deus?

Se a busca para enfrentar as agruras cotidianas se dá no plano espiritual porque depende da fé de cada um em um deus poderoso e onipotente, as razões para existirem homens e mulheres em situação de extrema pobreza também estariam em uma esfera interna que somente cada indivíduo poderia superar. A pobreza material poderia ser decorrência da pouca fé em Deus e da desobediência às suas determinações. Portanto, os pobres seriam vítimas e algozes de seu infortúnio.

Conforme a teologia pentecostal, o maligno levaria tanto a mulher como o homem a saírem dos trilhos de Deus, e isso os levaria a viver uma vida de penúria, dor, miséria. Ao voltar-se para Deus, teriam a vitória e a recompensa já aqui na terra, não somente no céu, após a morte. As pessoas vão à igreja em busca de um deus vitorioso e transbordante de alegrias e bênçãos, não querendo mais ouvir sermões que falam de um deus inquisidor e censurador.

A pobreza para aqueles que compartilham essa concepção de mundo, decorre de uma situação individual, tanto do que tem mais, porque movido pelo egoísmo, pelo anseio do ganho fácil, que o leva a explorar seus empregados, pagando-lhes salários injustos e a não ajudar os mais necessitados, quanto do que nada tem, porque uma força fora deste mundo, maligna, o estaria impedindo de prosperar, de ter um emprego, ter uma casa própria. Somente pela fé em Deus e Jesus seria possível superar esta força que estaria dominando a vida do crente.

O homem que deseja as bênçãos de Deus deve afastar-se de toda a maldade e mau pensamento. Se algo de bom lhe suceder, não o atribuirá a si mesmo, a sua habilidade, diligência e boa fortuna, senão a Deus, reconhecendo-o como o autor, e a ele agradecerá. É uma concepção de vida e fé reforçada sistematicamente pelos dirigentes religiosos, os quais também insistem em afirmar que a falta de fé em Deus leva o homem a cometer erros.

As religiões cristãs pregam a caridade como virtude a ser alcançada. O encontro com Deus dar-se-á de forma mais completa quanto mais o fiel praticar e viver a caridade, além da fé e da esperança - denominadas virtudes teológicas, conforme São Paulo, no capítulo 13 de sua carta à comunidade de Corinto (1Cor 13).

Além da oração para superar ou amenizar as dificuldades espirituais e materiais, o atendimento àqueles que vivem no limite da sobrevivência também se tornou motivo de atenção, visto que alguns fiéis precisam mais do que oração e alimento para a alma, por

apresentarem dificuldades materiais, como a falta de alimentos, roupas e remédios: “[...] Por exemplo, os drogados, pessoas que entram no vício, depois se arrependem. Tem que ter uma ajuda. E têm sido muito os recuperados. E outros necessitados, todo lugar tem, principalmente os nossos irmãos da fé [...]” (Pr. 1).

A verdadeira caridade procederia do coração e possibilitaria uma relação de união e comunhão com o outro, que é considerado a imagem de Deus, a quem se deve prestar toda honra e amor e quem garante a salvação ao rico e ao pobre, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, pelas ações de acolhimento e humildade: ao primeiro porque ajudaria e ao segundo porque aceitaria o que lhe é oferecido. Não conceberia o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Aliás, onde a caridade se fizesse presente, as desavenças desapareceriam (SILVA, 2008).

Segundo essa perspectiva cristã, a ausência de conflito geraria uma relação fraterna, de irmãos em condição de igualdade, porque um estaria em melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquista a redenção através da doação, da esmola, visto que o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado, visto que por sua inaptidão, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem. Enfim, uma mútua aceitação (SILVA, 2006).

Essa situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade e às orientações de quem tem mais, pois sua condição material e espiritual é conseqüência de problemas individuais ou espirituais que não foram superados, necessitando da intervenção de outra pessoa mais obediente à vontade de Deus, portanto, mais capacitada para aconselhar, orientar, educar.

Como as igrejas não estão isoladas do que se passa ao seu redor e sofrem as conseqüências do que ocorre fora de suas paredes, foi preciso ampliar sua “cobertura”, ou seja, se antes a prioridade era a oração, a cura e a libertação, depois, quando cresceu o número daqueles que iam em busca de soluções para seus problemas cotidianos, foi preciso responder com ações caritativas, sob pena de perder fiéis para outras igrejas que apresentavam uma resposta satisfatória à demanda.

Explica Bourdieu (2004, p.51) “o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição [...]”, ou seja, o interesse religioso do grupo a quem se dirige a mensagem visa

confirmar e legitimar suas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, a eficácia e o alcance da mensagem religiosa serão maiores à medida que se adequarem às necessidades do crente, considerando-se a posição que este ocupa na estrutura sócio-econômica, para que melhor possa responder aos seus medos, ansiedades e expectativas.

Portanto, as práticas e crenças religiosas de uma dada igreja têm de estar em “harmonia quase miraculosa” com os interesses religiosos de seus membros, não se esquecendo que esta harmonia nada mais é do que o resultado de uma reinterpretação e readequação da mensagem disseminada pelos dirigentes religiosos, de forma deliberada ou “de modo inconsciente apenas pela força das leis da difusão cultural” (BOURDIEU, 2004, p.51), para atender o grupo de seguidores e assim garantir, reforçar e reproduzir o poder e a hegemonia perante o mesmo.

Outro aspecto que mais uma vez destacamos refere-se ao fato de que essa mensagem também serve a interesses extra-religiosos, qual seja, garantir e legitimar uma dada ordem social e política, que se pretende apresentar e justificar como uma ordem designada por Deus, a qual, portanto, deve ser aceita por todos os crentes. Como bem destacou Bourdieu (2004, p. 72): “por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política”.

A eficácia e eficiência da mensagem religiosa e da própria religião serão tanto maiores quanto mais assegurar um *habitus* que orienta o modo de ser, agir e pensar dos fiéis com vistas a reforçar e legitimar uma situação social e política de uma determinada sociedade. Esse fato podemos constatar a partir da fala do pastor e da atitude que foi adotada diante de uma situação que se apresentava como ameaça à ordem política: “[...] E ai foi declarado o Dia Nacional de Oração e Jejum, 15 de novembro de 1963, o dia todo. As igrejas evangélicas do Brasil orando a favor do Brasil para salvação do Brasil [...]. Ficamos mais de 20 anos, todo o dia 15 de novembro, orando [...]” (Pr. 7).

Igrejas pentecostais: novas respostas para antigos problemas

As igrejas surgiram para atender a demanda de um segmento da sociedade, não somente pela vontade de uma pessoa, ou seja, do pastor. Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil sofreu mudanças importantes nos campos social, cultural e econômico, levando homens e mulheres em busca de respostas que as denominações religiosas tradicionais não davam, já que a maior parte de seus fiéis pertencia à classe média dos centros urbanos, em sua grande

maioria alfabetizados. Igrejas cujo ritual era mais elaborado, e cuja pregação era mais afinada com os interesses dessa classe, mas não atingia as necessidades e anseios de um segmento social que crescia rapidamente, como os desempregados, os sub-empregados, os trabalhadores rurais expulsos do campo que migravam para as cidades, as empregadas domésticas, comerciários (SILVA, 2008).

Como a competitividade religiosa crescia vertiginosamente, caso a igreja não atendesse às expectativas e necessidades de fiéis ávidos por solução, consolo ou explicação para seus tormentos - físicos e emocionais - estes buscariam em outra igreja aquilo por que tanto ansiavam. Neste sentido, a competição religiosa acirrou-se em decorrência do excesso de ofertas, o que exigiu que as igrejas adequassem sua ação evangelística e missionária às expectativas de seus fiéis: se, por um lado, os pastores proclamavam em suas pregações que a conversão e o louvor a Jesus Cristo possibilitaria encontrar conforto para as aflições do dia-a-dia.

Como afirmou o pastor: “[...] É muito importante a gente ver na prática o efeito que o evangelho produz na vida das pessoas. Não é apenas o fato de você oferecer para a pessoa uma cesta básica ou uma religião. Na verdade, o evangelho oferece uma possibilidade para a pessoa mudar de vida [...]” (Pr. 5).

As igrejas, de modo geral, não adotam como política de ação a criação e manutenção de instituições sócio-assistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros desenvolverem atividades assistenciais. São ações motivadas por princípios e valores dos dirigentes espirituais que, sensibilizados com a situação de pobreza daqueles que se encontram ao seu redor, partem para ações mais sociais, justificando suas motivações como uma determinação bíblica para amparar os mais pobres: “[...] O evangelismo, a doutrinação e o trabalho social. É um tripé. O entendimento é de que a igreja não pode ficar dentro das 4 paredes falando ‘Jesus salva, Jesus é bom’ [...]” (Pr. 6).

Assim, na perspectiva da subjetividade e submissão às determinações divinas, doar cestas de alimentos e roupas àqueles que batem à porta da igreja requer um ministério específico para tal fim, composto por pessoas dispostas a executar esta tarefa, as quais deverão seguir orientações previamente dadas, tais como: o pobre que recebe a doação deve ter um comportamento de acordo com as normas estabelecidas pela igreja, não reclamar da qualidade do que ganhou, mas apenas agradecer. É uma relação pessoal entre doador e ‘pedinte’, em que se estabelece uma dependência do segundo para com o primeiro.

E é justamente pelo fato de as ações assistenciais estarem centralizadas mais na subjetividade e espiritualidade que em razões terrenas, como direito social e cidadania, que

alguns desistiram de administrar uma instituição e outros a fecharam, porque houve dificuldade de atender às exigências legais, mesmo as mais elementares, como ter profissionais e não somente voluntários, e aplicar os recursos públicos somente para o atendimento aos usuários e não para outros fins (SILVA, 2008).

Os pastores responsáveis pela instituição assistencial constataram que, além da fé, era preciso um mínimo de capacitação técnica para manter uma instituição sócio-assistencial. Quando estes criaram as instituições sócio-assistenciais, a assistência social não era considerada um direito social, mas um poderoso instrumento de barganha, dando-se a proteção social em troca de serviços ou votos. Políticos, como vereadores, deputados, senadores e governadores, ofereciam a ajuda material, como cestas básicas, roupas, remédios, e em troca recebiam os votos, “criando entre a população assistida e voluntários ou funcionários uma relação vertical e de favores, no qual a dependência e submissão tornam-se condições para receber a ajuda eventual” (SILVA, 1999, p. 70).

As atividades assistenciais confundiam-se com o proselitismo de seus pastores e voluntários, os quais, ao mesmo tempo que prestavam assistência, reproduziam seus princípios religiosos, valores morais e éticos. Esta situação podemos verificar na fala dos dirigentes espirituais das igrejas: “Através da creche, pais de alunos têm aceitado a Jesus como Salvador e hoje são membros de nosso ministério.” (SOUZA, 1999, p. 33).

A assistência aos que se encontram em precária situação material requer mais do que palavras e frases religiosas ou incentivadoras. As dificuldades se fazem notar logo no início dos trabalhos, porque os problemas que são trazidos por homens e mulheres vão além de razões espirituais. No entanto, na implementação e encaminhamento do trabalho social por aqueles que justificam suas ações em motivações espirituais, observa-se o pouco conhecimento que possuem acerca de atividades intramundanas que exigem planejamento, organização, critérios técnicos, administração.

Trata-se de uma ação ancorada em um trabalho individual, centralizado no pastor ou em pessoas de sua confiança, não de um trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, porque, não obstante, na maioria das vezes ser uma atividade prevista nos estatutos da mesma, não é planejada e muito menos executada por profissionais qualificados para as funções necessárias, como assistentes sociais, enfermeiras, pedagogos, fisioterapeutas, cozinheiros, zeladores, entre outros.

Em dezembro de 1993, foi sancionada pelo Presidente da República Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742), que regulamentou a assistência social enquanto uma Política de Seguridade Social “que provê os mínimos sociais, realizada através de um

conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993)

Portanto, deixou de ser uma ação exclusiva de igrejas e das instituições sócio-assistenciais. Passou a ser um dever do Estado, ou seja, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, deveria assumir a responsabilidade por programas e projetos sociais voltados para a população carente de bens e serviços sociais. Além disso, também houve a necessidade de as instituições se adequarem às exigências da lei, ou seja, melhorar as condições físicas da mesma, contratar profissionais qualificados para o atendimento à população usuária, definir critérios técnicos e não critérios religiosos para atender aos que procuram a instituição. Ter boa vontade e acreditar na força de Deus não seriam suficientes para criar e administrar uma instituição sócio-assistencial.

Romper com hábitos e concepções tão fortemente enraizados, construir e reconstruir novas formas de pensar e agir exigiria o questionamento e a superação dos próprios valores éticos e cristãos, já que haveria uma abertura e conseqüente compreensão da realidade social em que se está imerso, o que possibilita elaborar novos valores morais e espirituais.

A pouca experiência na área, e com bases espirituais, levou a grandes dificuldades para desenvolver o trabalho sócio-assistencial, motivando a desistência de alguns e ao confronto de outros com o poder público no que diz respeito às exigências legais. Quando a instituição assistencial tem acesso aos recursos públicos, seja das esferas federal, estadual ou municipal, lhe é exigido que siga algumas determinações legais, como por exemplo, atender a quem precisar independente de credo religioso, haja vista que o recurso destinado à instituição tem como finalidade básica a qualidade e equidade no atendimento ao usuário.

A não aceitação ou adequação às determinações estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social, acarretam sanções que podem levar à suspensão do repasse de recurso, gerando duas alternativas para os seus gestores: manter a instituição com doações de voluntários ou fechá-la, visto que os gastos para sua manutenção são elevados. Verificamos essa situação quando ouvimos a justificativa de um pastor para não mais administrar uma instituição assistencial: “Hoje está um pouco diferente. Ao invés de nós termos um lugar que nos traz muitos custos e tem uma legislação muito rígida para você cumprir quando você coloca pessoas idosas para morar num determinado lugar [...]” (Pr. 5).

Quando o pastor e os fiéis da igreja decidiram fundar uma instituição assistencial e passaram a atender a população carente, não suprimiram suas emoções, nem se desfizeram de seus sentimentos e valores espirituais, suspendendo-os como se suspendesse uma roupa no cabide do armário *acabou o trabalho assistencial, já posso vestir minhas emoções e meus*

valores! Mas, se viram diante da necessidade de separar princípios religiosos e garantia de direitos sociais no que se refere a ação assistencial institucionalizada.

Algumas procuraram adaptar-se às exigências da lei, mas ainda ancoradas fundamentalmente em princípios religiosos, vindo isso a ocasionar conflitos com técnicos do poder público, co-responsáveis na fiscalização e controle das instituições que prestam serviço assistencial.

As demais desistiram ou foram levadas a suspender o serviço, com a alegação de que as exigências impostas pelo poder público não se justificavam diante do pequeno recurso financeiro repassado à instituição.

Considerações finais

Conhecer as motivações e aspirações do dirigente espiritual de uma igreja ao expor seu objetivo para atender as seqüelas da questão social que ‘explodem’ ao seu redor, requer que se vá além das palavras, exige que se compreenda a função social da igreja, da própria prática do pastor enquanto mediador entre o que se dá no mundo sobrenatural e o que ocorre no mundo terreno, de sua subjetividade, de seu *habitus* religioso.

Contudo, não se deve esquecer que o discurso desses líderes espirituais será a simbiose do discurso do passado com o discurso do presente, o qual estará impregnado por suas experiências ao longo dos anos e pelas representações sociais e culturais atuais. Se, no momento da fundação da igreja, eles eram considerados homens “comuns”, hoje ocupam posição de direção e têm como capital simbólico a experiência religiosa que lhes confere respeito, credibilidade e credencial para ocuparem o cargo de dirigentes administrativos e espirituais da denominação.

Ao nos lançarmos a investigar as igrejas pentecostais e suas ações na área assistencial, vimos levantar problemas e questões que vão além do campo histórico, visto que, na historiografia, a produção sobre pentecostalismo ainda é recente, e com isto, buscamos, ousadamente, apresentar um novo objeto de investigação para a história das religiões, utilizando-nos para isto do instrumental teórico da Sociologia e da Antropologia para melhor compreender essas novas expressões de ações e solidariedade em favor dos excluídos dos bens, riquezas e serviços da comunidade.

As relações que se estabelecem entre diferentes segmentos sociais exigem um constante “diálogo interdisciplinar” entre as ciências humanas - Sociologia, Antropologia, História - para que se possa compreender, minimamente, as conseqüências destas relações e

as mudanças que se dão: suas possíveis causas – resgatando o passado; e suas repercussões – no futuro; no plano individual e no plano coletivo.

Na construção do processo de investigação na História, o vínculo apaixonado que o pesquisador tem com o seu objeto estabelece uma relação de afeto e fidelidade que produzirá uma nova compreensão, seja de um fato, seja um dado aspecto da realidade. Até porque, ao selecionar para investigação dentre tantos fenômenos da contemporaneidade, o crescimento das atividades sócio-assistenciais das igrejas pentecostais, não o fizemos aleatoriamente ou ao acaso, mas fundamentada em valores e motivações pessoais.

Portanto, há o imperativo de conhecer as fontes – orais e escritas - e, principalmente, ter competência e sensibilidade para manuseá-las.

Referência

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. C. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 46-81.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. (2006) Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, nº15, p. 326-351.

_____. *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990)*. 181 p. Assis, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.